



Opinião



Direito Aberto

Soares Machado

Sócio da SRS Advogados – Responsável pelo Departamento de Contencioso

Colaboração com a:



Justiça: A Reforma necessária

A cerimónia solene de abertura do ano judicial, em 2011, para além de ter ocorrido ainda mais tarde do que é costume (se continuar a evoluir assim, acabará por realizar-se mais próximo do 'fecho' do que da abertura...), não trouxe grandes novidades relativamente às sessões de anos anteriores. O tom geral continua inequivocamente político e os intervenientes fazem a sua própria análise do estado da Justiça, como sempre com pontos de vista contrários. Os representantes dos vários grupos profissionais fazem o seu papel. Neste caso, o bastonário da Ordem dos Advogados (OA) teceu, como é costume, algumas críticas certas ao funcionamento dos tribunais, com o seu habitual desassombro, o que explica em boa parte por que tem o apoio de muitos advogados, mas também com algum exagero e excesso de par-

cialidade, e pela forma e no momento nem sempre mais próprios, o que em boa parte explica por que não tem o apoio de todos os outros.

O tema principal é recorrente: a crise na justiça, reflexo do mau funcionamento dos tribunais, da lentidão excessiva, dos erros de julgamento. Há pouco mais de dez anos, enquanto presidente do Conselho Distrital de Lisboa (CDL) da OA e depois como candidato a bastonário, pronunciei-me muitas vezes sobre estes temas, e no CDL chegámos a criar em 1998 um Gabinete de Queixas contra a Morosidade da Justiça, ao qual os advogados e os cidadãos em geral aderiram em massa. A afirmação da urgência da reforma das leis de processo tem sido uma constante. O que aconteceu de então para cá?

Muitas foram as reformas legislativas que não atingiram o objectivo! Muitas foram as que não se chegaram a fazer! Mas, sobretudo, não se fez aquela para a qual continua a faltar a necessária coragem política, e que está antes de tudo o mais: a reforma do sistema de acesso à Magistratura. Creio mesmo que era por aí que deviam ir as críticas da OA ao invés de se escolher como alvo as pessoas dos magistrados ou a sua actuação. O mal não está nas pessoas. É o sistema que está errado. Há anos éramos muito poucos a denunciá-lo. Hoje já somos muitos a reconhecê-lo, mas continua a faltar vontade política para fazer a mudança.

Enquanto não chega essa necessária reforma – e mesmo que se fizesse já os seus efeitos só iriam sentir-se daqui a anos – resta-nos ir recorrendo

mais à arbitragem, esperando que o poder político faça pelo menos a reforma da Lei da Arbitragem, aproveitando o excelente projecto que a APA elaborou.

Entretanto, o País precisa de uma atitude diferente, em que os actores políticos se apresentem numa postura de Estado, deixem de lado a tónica corporativa e criem um consenso alargado à volta de um projecto comum que permita ao poder legislativo, de uma vez por todas, fazer a Reforma necessária. Os Tribunais não funcionam tão bem como pretendem uns nem tão mal como dizem outros. Se não exagerarem nas avaliações que fazem, conseguirão fazer análises mais aproximadas da realidade e mais próximas entre si, tornando menos difícil trabalhar em conjunto num projecto comum de interesse nacional: a reforma necessária do sistema de acesso às magistraturas.